

PREMISSAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

AVANÇOS E
POSSIBILIDADES

Cláudia Neves

(Organizadora)

 EDITORA
ARTEMIS

2020

PREMISSAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

AVANÇOS E
POSSIBILIDADES

Cláudia Neves

(Organizadora)

 EDITORA
ARTEMIS

2020

2020 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Edição de Arte: Bruna Bejarano
Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*.
Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial:

Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Luciane Spanhol Bordignon, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P925 Premissas para o desenvolvimento humano através da educação
[recurso eletrônico] : avanços e possibilidades / Organizadora
Cláudia Neves. – Curitiba, PR: Artemis, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-01-9

DOI: 10.37572/EdArt_019230520

1. Educação – Filosofia. 2. Desenvolvimento humano. 3. Prática
de ensino. I. Neves, Cláudia.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



APRESENTAÇÃO

Premissas para o Desenvolvimento Humano através da Educação: Avanços e Possibilidades é uma publicação que pretende demonstrar o trabalho de vários autores que, a partir de um conjunto de perspectivas diversas, procuram refletir e problematizar o papel da educação, os seus limites e possibilidades, enquanto parte integrante da sociedade atual. O papel da Educação a partir de uma multiplicidade de olhares conduz-nos a evidenciar a sua importância enquanto fator primordial do Desenvolvimento Humano, entendido enquanto processo coletivo e individual, potenciador da construção de sociedades integradoras e inclusivas. Esta publicação convida, assim, à reflexão sobre os limites e potencialidades da educação no desenvolvimento das sociedades, a partir de uma multiplicidade de perspectivas e níveis de análise em torno de temáticas diversas.

Do ponto de vista da estrutura editorial a publicação encontra-se dividida em catorze capítulos organizados em duas grandes temáticas. Numa primeira temática temos um conjunto de artigos que procura analisar as principais *tensões e ambiguidades da educação contemporânea*. A segunda temática enquadra um conjunto de textos que procuram analisar movimentos que indiciam *A emergência de movimentos de reafirmação da identidade pública e democrática da educação*.

Na temática sobre *tensões e ambiguidades da educação contemporânea*, o primeiro capítulo é da autoria de Victor Rodrigues de Almeida que nos oferece uma proposta de análise da escola como extensão da sociedade na qual se insere. Partindo de um conjunto de discussões em torno do ideário fascista no contexto escolar, este autor argumenta que algumas propostas políticas e jurídicas podem limitar o espaço democrático e reflexivo da escola enquanto lugar de desenvolvimento e diálogo democrático. O segundo capítulo da autoria de Cláudia Neves analisa a evolução das sociedades e o papel da educação nos modelos de desenvolvimento. A partir de uma análise crítica do papel da educação a autora destaca os efeitos diretos e indiretos que hoje em dia têm repercussão na educação questionando os mecanismos de regulação atuais e a tendência para a construção de uma agenda global mundial para a educação. Tendo como principal foco as universidades comunitárias regionais, Cristina Fioreze oferece-nos um texto (capítulo três) onde reflete sobre as perspectivas e os valores que orientam o ensino nestas universidades no âmbito de um contexto global de pressões económicas e competitividade, demonstrando a coexistência de movimentos alinhados com os ideais capitalistas e movimentos contrários que preservam o valor da educação como bem público. O quarto capítulo, da autoria de Adryssa Bringel Dutra, Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento, Pablo Severiano Benevides e Valdir Barbosa Lima Neto, analisa as configurações da Teoria do Capital Humano e a sua reconfiguração para o Neoliberalismo na

educação. Com base num conjunto de reflexões este autor aponta críticas ao discurso empresarial que se contaminado a educação e estabelece um conjunto de relações entre a Teoria do Capital Humano, o Neoliberalismo e a Educação. Esta primeira parte termina com o artigo de Rodrigo Marcos de Jesus que a partir dos contributos da Filosofia da Educação no pensamento de Anísio Teixeira identifica os principais dualismos entre a educação e a sociedade e os seus impactos na realidade brasileira.

Na segunda temática reuniram-se um conjunto de artigos que exploram a *emergência de movimentos de reafirmação da identidade pública e democrática da educação*. Nesta segunda parte, o primeiro capítulo é da autoria de Eduardo Santos e Manuel Tavares, que analisa as características de duas universidades federais brasileiras entendidas como propostas transgressoras relativamente aos modelos universitários tradicionais. A sua análise aponta para a emergência de movimentos de reconfiguração do ensino superior brasileiro que perspectivam a educação popular como uma educação inclusiva nas suas matrizes institucionais e curriculares. O segundo capítulo, escrito por Djane Oliveira de Brito, analisa a relevância social do projeto LOGOS e a Universidade Aberta do Brasil e os impactos que tiveram na realidade educacional brasileira. A autora conclui que estes projetos tiveram uma enorme importância para a formação de professores brasileiros, em particular, aqueles cujas condições a partida não permitiam aceder facilmente a processos de profissionalização. O texto de Tamires Guedes dos Santos configura o quarto capítulo e apresenta-nos uma análise do ensino da Língua Portuguesa a partir da Filosofia da Diferença, questionando a gramática como forma padrão de ensino da língua portuguesa. Neste seu texto propõe explorar outras possibilidades a partir da reflexão sobre as suas práticas e as práticas de colegas docentes nesta área. O quinto capítulo diz respeito ao antagonismo pedagógico no ensino da música com base numa análise desde o século XVIII. É da autoria de Ricardo Henrique Serrão que, a partir de uma perspectiva histórica, aponta algumas críticas ao modelo tradicional de ensino da música. O quinto capítulo foi escrito por Roseni de Lima Ferreira onde explora uma proposta de prática pedagógica baseada em experiências e vivências das crianças, tendo em vista a educação autónoma, para a cidadania a partir do brincar. Explorando as interseções entre o real e o imaginário esta proposta explora o sentimento de partilha e desenvolvimento integral da criança. Simone Mara Dulz e Maria Selma Grosch são autoras do sexto capítulo sobre formação continuada de professores na educação profissional. A partir os movimentos de migração de profissionais liberais para a educação profissionalizante a autora problematiza a necessidade de formação continuada destes profissionais no sentido de os dotar de

uma consciência crítica e de uma compreensão da realidade educativa. O artigo de Luciane Spanhol Bordignon e Eliara Zavieruka Levinski nos mostra um estudo sobre as aulas públicas como prática acadêmica e as suas contribuições na interlocução com a escola pública. A partir de uma reflexão teórico-contextual a autora identifica vários argumentos sobre esta dinâmica assumindo as aulas públicas como parte de um compromisso social das universidades comunitárias. Terminamos esta publicação com dois textos da autoria de Patrícia Duarte de Brito que nos propõem, primeiramente, um olhar sobre as potencialidades das Tecnologias da Informação e Comunicação em espaços não escolares e, por último, uma exploração de estratégias pedagógicas para estimular a leitura das crianças em ambientes escolares.

SUMÁRIO

TENSÕES E AMBIGUIDADES DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

CAPÍTULO 1 1

A ASCENSÃO DO IDEÁRIO FACISTA NO AMBIENTE ESCOLAR: AS DISCUSSÕES POLÍTICAS EM SALA DE AULA (2014 – 2018)

[Victor Rodrigues de Almeida](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305201

CAPÍTULO 2 11

EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO HUMANO E NOVAS FORMAS DE REGULAÇÃO DOS ESTADOS: EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS NA ESFERA EDUCACIONAL

[Cláudia Susana Coelho Neves](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305202

CAPÍTULO 3 24

OS TENSIONAMENTOS NO ENSINO SOB O REGIME DO CAPITALISMO ACADÊMICO NA NOVA ECONOMIA: O CASO DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS REGIONAIS

[Cristina Fioreze](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305203

CAPÍTULO 4 42

EDUCAÇÃO, RACIONALIDADE NEOLIBERAL E TEORIA DO CAPITAL HUMANO

[Adryssa Bringel Dutra](#)

[Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento](#)

[Pablo Severiano Benevides](#)

[Valdir Barbosa Lima Neto](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305204

CAPÍTULO 5 54

O PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA

[Rodrigo Marcos de Jesus](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305205

A EMERGÊNCIA DE MOVIMENTOS DE REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE PÚBLICA E DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 6 80

DESAFIOS HISTÓRICOS DA INCLUSÃO: CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS DE DUAS NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

[Eduardo Santos](#)

[Manuel Tavares](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305206

CAPÍTULO 7	102
O PROJETO LOGOS E A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB) – DIRETRIZES EDUCACIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO/HABILITAÇÃO DE PROFESSORES	
Djane Oliveira de Brito	
DOI 10.37572/EdArt_0192305207	
CAPÍTULO 8	113
PARA ALÉM DA GRAMÁTICA: PENSANDO O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA A PARTIR DA FILOSOFIA DA DIFERENÇA	
Tamires Guedes dos Santos	
DOI 10.37572/EdArt_0192305208	
CAPÍTULO 9	123
ANTAGONISMO PEDAGÓGICO ENTRE PRÁXIS MUSICAIS DOS SÉCULOS XVIII E XIX: DA MÚSICA POÉTICA À ÉCOLE DE MÉCANISME	
Ricardo Henrique Serrão	
DOI 10.37572/EdArt_0192305209	
CAPÍTULO 10	140
O REAL E O IMAGINÁRIO NO MUNDO DE FANTASIAS, MECANISMOS PARA APRENDER BRINCANDO	
Roseni de Lima Ferreira	
DOI 10.37572/EdArt_01923052010	
CAPÍTULO 11	145
FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA NO CONTEXTO ATUAL	
Simone Mara Dulz	
Maria Selma Grosch	
DOI 10.37572/EdArt_01923052011	
CAPÍTULO 12	154
AULA PÚBLICA: COMPROMISSO E INTERLOCUÇÃO COM A ESCOLA PÚBLICA	
Luciane Spanhol Bordignon	
Eliara Zavieruka Levinski	
DOI 10.37572/EdArt_01923052012	
CAPÍTULO 13	161
A EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES PARA A AFIRMAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS BENS ARTÍSTICO-CULTURAIS	
Patrícia Duarte de Britto	
DOI 10.37572/EdArt_01923052013	
CAPÍTULO 14	175
ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE MOTIVAÇÃO À LEITURA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES COMPETENTES	
Patrícia Duarte de Britto	
DOI 10.37572/EdArt_01923052014	
SOBRE A ORGANIZADORA	192
ÍNDICE REMISSIVO	193

A EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES PARA A AFIRMAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS BENS ARTÍSTICO-CULTURAIS

Data de aceite: 05/05/2020

Data de submissão: 27/04/2020

Patrícia Duarte de Britto

Instituição: UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

Cidade/Estado: Juara – Mato Grosso

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6274643259033297>

RESUMO: Este artigo trata-se de um estudo aplicado, baseado na pesquisa bibliográfica e estudo de campo. Parte do pressuposto de que as TICs (Tecnologias de Comunicação e Informação) são uma possibilidade de educação em espaços não escolares e objetiva abordar a participação ativa de tecelãs vinculadas a uma instituição que propicia espaço, aulas e fomenta a produção profissional do tecer manual como um bem artístico cultural material e imaterial do estado de Minas Gerais. A proposta junto à instituição é a realização de um documentário audiovisual, considerado como uma ferramenta educativa não-formal para a afirmação, valorização e preservação dos bens artístico-culturais materiais e imateriais ali produzidos. Especificamente, propor o uso das TICs como processo educativo que se estende

a aprimorar os métodos de identificação e sistematização dos conhecimentos culturais e artísticos das tecelãs, tendo-se como possibilidade resguardar, disseminar, valorizar e salvaguardar os conhecimentos de tal comunidade para as novas gerações locais e regionais. A ideia de se recorrer às TICs advém por considerá-las como um dos modos de perpetuar e proliferar os bens artístico-culturais e seus conhecimentos, bem como, colaborar para sua preservação. Experiências que propõem um trabalho de relação entre a Educação e as TICs podem ser construídas por meio da Educomunicação; um campo de estudos e, ao mesmo tempo, metodologia. A proposta é a construção de um documentário audiovisual, dentro da perspectiva da Educomunicação, o que pode torná-lo um instrumento de educação e meio encontrado para que se construa, nas tecelãs, o senso de valorização e importância da manutenção de sua arte, cultura e conhecimento como patrimônio material e bem imaterial. O audiovisual torna-se uma das possibilidades para que esse conhecimento resguardado possa ser empregado pelas gerações futuras dentro da comunidade que o originou.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços não escolares; TICs; Bens materiais e imateriais; Arte e

cultura.

EDUCATION IN NON-SCHOOL SPACES FOR THE AFFIRMATION, APPRECIATION AND PRESERVATION OF ARTISTIC-CULTURAL ASSETS

ABSTRACT: This article is an applied study, based on bibliographic research and field study. It starts from the assumption that ICTs (Communication and Information Technologies) are a possibility of education in non-school spaces and aims to address the active participation of weavers linked to an institution that provides space, classes and promotes the professional production of manual weaving as a material and immaterial cultural artistic asset of the state of Minas Gerais. The proposal with the institution is the making of an audiovisual documentary, considered as a non-formal educational tool for the affirmation, appreciation and preservation of the material and immaterial artistic-cultural goods produced there. Specifically, to propose the use of ICTs as an educational process that extends to improving the methods of identification and systematization of the cultural and artistic knowledge of the weavers, with the possibility of safeguarding, disseminating, valuing and safeguarding the knowledge of such community for the new generations local and regional. The idea of resorting to ICTs comes from considering them as one of the ways to perpetuate and proliferate artistic-cultural assets and their knowledge, as well as, collaborate for their preservation. Experiences that propose a relationship between Education and ICTs can be built through Educommunication; a field of studies and, at the same time, methodology. The proposal is the construction of an audiovisual documentary, within the perspective of Educommunication, which can make it an instrument of education and means found to build, in the weavers, the sense of appreciation and importance of maintaining their art, culture and knowledge as material and immaterial assets. The audiovisual becomes one of the possibilities so that this protected knowledge can be used by future generations within the community that originated it.

KEYWORDS: Non-school spaces; ICTs; Material and immaterial goods; Art and culture.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo inicia-se com uma contextualização sobre o objeto de estudo desta pesquisa: o uso das TICs como instrumentos de educação não-formal junto às tecelãs que trabalham e realizam cursos de capacitação profissional no Centro de Fiação e Tecelagem Manual Fios do Cerrado, situado em Uberlândia, Minas Gerais.

Nota-se que o Brasil é um país que apresenta uma multiplicidade cultural latente em toda sua extensão territorial, com as mais variadas formas de expressão

e produção de bens artístico-culturais materiais e imateriais, tanto em nível nacional, regional e local. Tais bens são considerados importantes para a afirmação, valorização e preservação das identidades existentes na sociedade brasileira. São, conforme especifica a Constituição Federal (BRASIL, 1988, Artigo 116) criações apresentadas em dimensões materiais e imateriais: formas de expressão, modos de criar, obras e espaços destinados a manifestações de valor histórico, cultural e artístico.

O Portal Brasil (BRASIL, 2018) classifica como bens artístico-culturais materiais os espaços onde se concentra um conjunto de bens/manifestações, tais como sítios ou parques arqueológicos/paisagísticos, museus, centros e acervos. Já como bens/manifestações imateriais estão as obras artísticas, os conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades, bem como, os espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais, tais como rituais coletivos e festas.

Em meio a toda a diversidade cultural do País, o poder público e a iniciativa privada têm organizado e/ou investido em projetos e ações, direcionando verbas a fim de que associações, centros de cultura, entidades de classe e Organizações Não Governamentais (ONGs) desenvolvam atividades de educação não-formal junto às comunidades, para valorização e manutenção dos bens artístico-culturais materiais e imateriais ali existentes.

Além de ações públicas e privadas, algumas comunidades também têm manifestado, por meio de projetos, programas e ações de não-formal, conscientização e compromisso em manter grupos produtores de arte e cultura, além de multiplicar suas práticas, a fim de contribuir para com a afirmação, valorização e preservação dos bens artístico-culturais materiais e imateriais da sociedade.

Freire (1999) explica a diferença existente entre a educação formal e a educação não-formal. A educação formal abrange as práticas educativas desempenhadas em ambientes de ensino com devida certificação, como as escolas, universidades, com conteúdos definidos, currículo e avaliação. A educação não-formal é percebida como aquela em que os sujeitos aprendem em espaços de socialização, muitas vezes caracterizados por uma forte carga de valores, culturas e pertencimentos próprios. Para o autor, também é possível se aprender distante da escola formal, especialmente em espaços onde ocorrem ações coletivas diárias ou semanais, as quais acompanham as trajetórias de vida dos grupos e sujeitos rumo a um ou mais objetivos específicos. Os espaços educativos não-formais têm sido um assunto muito pesquisado, e é a partir desse contexto que acontecem muitos dos processos de ensino-aprendizagem especialmente dedicados a mulheres, fomentados pela idéia de aprender pelo fazer.

Essas ações de educação não-formal são primordiais, diante da dificuldade de acesso à arte, cultura e ao conhecimento encontrada, sobretudo, por moradores

de municípios de menor porte. Isto porque, ainda que tais localidades possuam a existência de bens artístico-culturais materiais e imateriais produzidos por seus agentes sociais, há, ainda, por muitas vezes, falta de interesse público-privado para com a afirmação, valorização e preservação de toda a diversidade artístico-cultural local ou regional.

Diante da realidade contextualizada neste artigo, justifica-se a necessidade de diferentes modos de ação social para a perpetuação e proliferação dos bens artístico-culturais, que dêem a possibilidade de acesso comunitário a eles e colaborem para sua preservação. Este trabalho pode ocorrer de diferentes modos, sendo um deles, por meio de um trabalho de educação não-formal que lance mão das novas Tecnologias de Comunicação e Informação (doravante TICs) como ferramentas de aprendizagem na associação entre mídia e educação, as quais podem ser usadas a favor das pessoas e do fluxo dinâmico de geração dos mais diversos tipos de conhecimento artísticos-culturais.

Experiências que propõem um trabalho de relação entre a Educação e as TICs midiáticas podem ser construídas por meio da Educomunicação; um campo de estudos e, ao mesmo tempo, metodologia considerada como fomentadora da:

[...] criação de novos espaços de diálogos horizontais entre comunidades, entidades, associações, sindicatos, empresas e Educação, a fim de que os atores envolvidos sejam sujeitos de seu próprio processo de tomada de consciência, rumo à promoção da criticidade, participação cidadã e autonomia. (CITELLI; COSTA, 2011, p. 17)

Metodologicamente, a partir de um estudo qualitativo e bibliográfico, considerando-se a Educomunicação como arcabouço teórico e, ao mesmo tempo, metodologia para a educação não-formal, este artigo tem como objetivo geral demonstrar que o uso de oficinas educativas para elaboração de um documentário audiovisual é uma ferramenta e possibilidade para a construção de um processo comunicativo e de aprendizagem não-formal em um público-alvo específico: as tecelãs do Centro de Fiação e Tecelagem Fios do Cerrado, localizado na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais, as quais trabalham e realizam cursos livres da arte, cultura e conhecimento do tecer artesanal e manual.

Já como objetivos específicos visam-se, primeiramente, compreender as oficinas para a produção de um documentário audiovisual como um auxílio para o processo educativo não-formal já realizado no Centro, no qual os professores, além das atividades práticas, se estendem a construir e reconstruir conhecimentos sobre a arte de tecer, o senso de valorização e importância da manutenção desta arte e cultura como patrimônio material e bem imaterial do interior de Minas Gerais.

Ainda no que concerne aos objetivos específicos, busca-se compreender se a prática da construção de um documentário (com oficinas para a participação

ativa das tecelãs no processo de pré-produção, produção e pós-produção de um audiovisual) pode ser uma ferramenta educativa para aprimorar os métodos de identificação e sistematização dos conhecimentos culturais e artísticos da arte de tecer manualmente, as quais vêm sendo trabalhadas pelos professores do Centro de Fiação e Tecelagem Fios do Cerrado.

A hipótese levantada neste artigo é de que a aplicação das TICs em um ambiente de educação não-formal é uma possibilidade educativa e, ainda, posteriormente à produção, um meio de divulgar a comunidade tecelã Fios do Cerrado, a fim de promover aos membros da comunidade interna e externa a compreensão educativa de que o grupo em questão possui manifestações culturais que dão às tecelãs importância perante a sociedade.

A partir dos postulados da Educomunicação, crê-se que as oficinas para a construção de um documentário audiovisual são um meio eficiente de comunicação e educação entre e para as tecelãs do Centro, pois possibilitam o fortalecimento de uma rede social e de dados, de narrativas de si, registradas pela inserção de novas formas de aprendizado, provenientes da capacitação para elaboração do audiovisual. Portanto, verifica-se a partir das seções a seguir, a possibilidade de aplicação de um projeto de Educomunicação para a construção de um documentário audiovisual como ferramenta para que as histórias individuais e coletivas possam ser ressignificadas, selecionadas, preservadas e apropriadas pelo público interno e externo, em um processo cíclico de ensino-aprendizagem.

2. EDUCOMUNICAÇÃO E O USO DAS TICS NA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Segundo Kenski (2008), diante dos fenômenos sociais mediadores da cultura e da história, as Tecnologias da Comunicação e Informação merecem ênfase. A partir do século XXI, imprensa, rádio, cinema, televisão e rede de computadores fazem parte do dia a dia, de forma mais verdadeira do que imaginária. Com isso, as TICs tornam-se cada vez mais educativas, por causa da potencialidade de anunciar informações e conhecimentos. Novas necessidades foram instituídas pela tecnologia que se alude às ferramentas que auxiliam as pessoas a viverem melhor em sociedade.

Para Teruya (2006), no padrão contemporâneo de sociedade, a organização social está inteiramente pautada à combinação das TICs. Essas tecnologias, ao mesmo tempo em que adaptam para alguns os benefícios dos avanços tecnológicos, lidam também com a exclusão tecnológica da maior parte da sociedade.

Conforme Bessa (2006), a mídia pode educar, porque transporta a herança cultural por processos de comunicação. Pode educar conduzindo informações, conhecimentos e valores. A mídia decodifica e expressa os bens culturais das

sociedades. Por isso ela aproxima e abrange, uma vez que recodifica a cultura e idealiza realidades.

A mídia influencia o modo de vida das pessoas, pois é um meio de transmissão de informação e conhecimentos que atua nos sujeitos, modifica as relações no processo histórico e, por isso, é responsável pela redefinição de muitas práticas educacionais. Segundo Guareschi (2004), não existe possibilidade de uma sociedade continuar a viver e refletir sobre si, material e socialmente, sem a existência das tecnologias midiáticas, e suas práticas ou estruturas estão vinculadas direta ou indiretamente à educação.

Isso porque, para Guareschi (2004), a mídia se tornou na contemporaneidade ponto de referência para as pessoas na constituição de sua identidade, e nesse meio social ela se enfatiza pela sua atuação e abrangência presente nos tipos de intercâmbio social do cotidiano atual. Deste modo, é imprescindível um olhar crítico sobre a mídia e seu comportamento na sociedade, uma vez que o desenvolvimento do cidadão deve ser para autonomia e criticidade.

Segundo Loureiro (2003), uma educação de racionalização e criticidade diante da mídia e com o uso da mídia é uma das possibilidades para tornar o homem obstinado e autônomo, a fim de coexistir nesta sociedade. A auto-reflexão crítica sobre o próprio sujeito e a reflexão sobre os mecanismos e processos de autoridade presente na sociedade moderna, é o que fortalece a emancipação do indivíduo e a atenuação da indústria cultura I. O refletir sobre, transporta ao esclarecimento e esse deve ser a fundamental condição da educação: debater e trazer à luz, demonstrar não somente a informação e o conhecimento, mas também os meios de comunicação e informações, suas articulações e intencionalidades. A educação deve gerir a pessoa à consciência de ser humano e esta reflexão deve ser feita por meio de debates a cerca de sua identidade e alienação.

A mídia traz capacidade, tanto para educar como para deseducar, devido a sua influência simbólica que abrange o sujeito. A mídia, na medida em que desempenha influência sobre o mundo das pessoas, é um instrumento com a faculdade de ensinar e educar a sociedade, contudo também de deseducá-la (TERUYA, 2006, p.47).

Teruya (2006) chama a atenção para as características da mídia, ratificando a precisão de uma intencionalidade ao trabalhar no espaço educacional, amparada nesses recursos e protegida por uma reflexão. São possibilidades, por exemplo, o trabalho com jornais, revistas, rádio, televisão, documentários, curtas e longas-metragens, internet e outros.

Para Teruya (2006), ao considerar-se a mídia nas relações sociais, não se pode desconhecer sua apresentação no dia a dia e nos processos de ensino-aprendizagem atuais. Suas influências permeiam todos os aspectos no desenvolvimento humano e

na construção do conhecimento e cultura. Com os avanços tecnológicos, diferentes possibilidades de comunicação e informação surgiram no campo social, cultural, comercial e ideológica, que as gerações mais novas, presenciam e estão em relação de modo mais vivo, fazendo imprescindível a discussão da criticidade da mídia na conjuntura educacional.

A mídia colabora deste modo no processo educacional, desde que seu uso seja auxiliado por uma intencionalidade de emancipação e autonomia. Dentre as possibilidades de associação entre mídia e educação, uma importante vertente de trabalho é o campo de estudos da Educomunicação, que desenvolve práticas pedagógicas utilizando a comunicação e seus meios como um instrumento, isto é, como ferramenta-chave para a sedimentação de conteúdos ministrados na educação formal e não-formal.

A Educomunicação possui, entre suas metodologias de trabalho, a prática da “Gestão da Comunicação no Espaço Educativo” (SOARES, 2000, p. 21). Esta metodologia envolve alunos na execução de projetos pedagógicos, a fim de que atuem como consumidores críticos de mensagens midiáticas e que se coloquem também na condição de emissores, tomando posse do direito à comunicação, o que, conforme defende Soares (*apud* Martín-Barbero, 2000, p. 18), permite “[...] apropriarem-se criativamente dos meios de comunicação; integrar a voz dos estudantes ao Ecosistema Comunicativo da escola e, em última instância, melhorar a gestão do ambiente escolar com a participação dos educandos”. Nessa metodologia, são realizadas oficinas nas quais professores, profissionais da comunicação e alunos constroem, juntos, espaços de expressão onde os meios de comunicação estejam a serviço das necessidades e interesses dos educandos, garantindo o acesso aos meios de comunicação alternativos e elaboração conjunta de programas televisivos, podcasts, jornais/revistas, fanpages ou sites que, enquanto ferramentas, permitam a sedimentação de conteúdos de uma maneira mais atrativa, interativa e motivadora.

Criada na América Latina, na década de 70, a Educomunicação surgiu como proposta de comunicação alternativa e popular, ou seja, uma resistência cultural em relação à manipulação midiática das massas, e se preocupa em transformar os meios de comunicação em instrumentos para que os alunos possam compartilhar suas vozes, sendo “[...] uma metodologia escolhida por inúmeras organizações, para transformar a sociedade, divulgar e garantir os direitos humanos”. (SOARES, 2000, p.18)

O Projeto político da Educomunicação é contribuir para que os educandos recuperem sua autonomia em relação à influência da mídia. Essa proposta corresponde a um projeto pedagógico, que é a promoção da criticidade e da participação dos educandos, que por sua vez são resultados da formação de sujeitos pensantes e autônomos. (VOLPI; PALAZZO, 2010, p. 9).

Os postulados da Educomunicação são oriundos do princípio básico da comunicação como um direito inerente a todos; algo essencial na sociedade em que vivemos, por ser a comunicação um pilar sustentador da cidadania, que é a prática efetiva e consciente de cada sujeito em relação aos seus direitos e deveres. Portanto, o acesso e prática da comunicação deve ser um exercício diário em uma sociedade democrática, já que é pela voz, ou seja, pela expressão que são expressos os anseios do povo, por onde surgem suas lutas e a conquista de seus direitos. (VOLPI; PALAZZO, 2010, p. 10).

Além de ser uma metodologia que visa o alcance da cidadania, a Educomunicação, conforme explica Soares (2000, p. 22), também possibilita o alcance de vários outros objetivos, tais como: a sedimentação do conhecimento já abordado, uma vez que o intuito é a reflexão e a ação sobre o conhecimento, aplicando-o à sociedade para fins específicos; a criação de novos espaços criativos dentro do ambiente de aprendizagem, de modo que o aluno veja o conteúdo de modo socialmente aplicado; a construção de uma comunicação autêntica, com diálogo e expressão de pontos de vista e experiências; a desconstrução das relações de poder, o desenvolvimento do senso de responsabilidade e a construção de pessoas participativas e autônomas; a evolução em habilidades de comunicação verbal/oral/física e no uso das novas tecnologias e, conseqüentemente, uma significativa melhora na autoestima.

Tais objetivos, possíveis de alcance por meio da execução de projetos educacionais, são uma possibilidade de prática da cidadania e democracia não somente no âmbito da educação formal, mas também espaços de ensino não-formais, visto que educação formal, oferecida dentro da escola por força de legislação, não é a única forma de educação responsável pela formação de sujeitos plenos, mas somente um dos eixos que compõem este processo.

A Educomunicação, portanto, é uma ferramenta passível de ser aplicada em espaços tais como empresas, associações, clubes, cooperativas, sindicatos, partidos políticos, centros comunitários, museus, centros culturais, hospitais e igrejas, que se transformam em espaços educativos a partir do momento em que fomentam programas, projetos, cursos ou ações de socialização para a oferta do ensino, por exemplo, de: alfabetização de adultos; cursos de habilidades para formação profissional de seus empregados; cursos de ensino religioso; acesso à formação cultural (música, dança, teatro, pintura etc.); reflexões sobre o respeito e as leis em favor das minorias; aprendizagem de regras éticas relativas às condutas aceitáveis socialmente; promoção do desenvolvimento local sustentável; preservação das identidades locais (costumes e valores); valorização da cultura e dos espaços produtores de bens materiais e imateriais.

3. O USO DAS TICS NA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL DO CENTRO DE FIAÇÃO E TECELAGEM FIOS DO CERRADO

Para Brayner (2007), a manifestação da chamada Sociedade da Informação tem acirrado os debates sobre a precisão de viabilizar meios que consigam apresentar, ao conjunto da população, acesso e conhecimento no processo de constituição da identidade, por meio da preservação de bens artístico-culturais. A arte e a cultura brasileira são plurais e ativas, pois compreendem linguagens, objetos, costumes, ideias e valores, sendo patrimônios estabelecidos no passado e métodos de produzir e inovar, bem como, projetos de cultivar, transmitir, renovar e ampliar.

A política artístico-cultural no Brasil deve compreender o conjunto variado das formas de pensamento, sensibilidade e demonstração dos diversos segmentos da população. Para isso, necessita estar proferida com a educação, agregada com o desenvolvimento sustentável, com foco na inclusão dos aspectos vinculados à proteção e solicitação da diversidade das expressões culturais, nas áreas urbanas e nos múltiplos ecossistemas. É imprescindível democratizar os meios de produzir, movimentar e acessar os bens artístico-culturais materiais e imateriais.

De acordo com Andrade e Arantes (2000), para um Brasil equitativo e democrático, tem-se que levar em consideração a existência de múltiplos povos, tradições, comportamentos e necessidades, cada qual com sua própria realidade e circunstância. Isso demanda do Estado, para além da universalização do acesso às políticas públicas, a concepção de estruturas ajustadas do respeito às diferenças. É necessário desenvolver o acesso à cultura e ao conhecimento, respeitando os direitos do criador e o interesse público pelo ingresso a toda a variedade cultural brasileira e, assim, garantir que as novas tecnologias para dispersão da informação sejam empregadas a benefício das pessoas e da direção dinâmica de geração de conhecimento.

É preciso, ainda, desenvolver mecanismos que colaborem para a real utilização das obras culturais para fins educacionais, culturais, científicos e de conservação do patrimônio cultural. Agenciar a ampliação do acervo em domínio público, inclusive por meio de digitalização de obras e promover a disponibilização das obras para a simplificação dos processos educativos.

Segundo Brayner (2007), para que se possa resguardar um bem artístico-cultural, é importante saber não somente que ele existe, entretanto também se a manifestação é exercitada pela população local; se as pessoas apresentam dificuldade ou não em realizá-la; que tipos de problema a comprometem; como esse conhecimento vem sendo conduzido de uma geração para outra; que alterações têm acontecido quem são as pessoas que atualmente atuam diretamente na conservação desse conhecimento, entre diversos outros aspectos concernentes à

existência daquele bem cultural.

Para a autora, todas essas informações são importantes para que se possam identificar quais são as principais dificuldades que as pessoas afrontam para conservar vivo um bem artístico-cultural, sendo que a primeira etapa para se resguardar alguma coisa é reconhecê-la.

Segundo Andrade e Arantes (2000), introduzir as novas TICs para resguardar um bem artístico-cultural, seja ele material ou imaterial, trata-se de delinear e documentar tal bem por meio da realização de entrevistas, produção de textos, imagens, desenhos, gravações, filmagens, entre outros recursos tecnológicos. Trata-se também de levantar todas as fontes de informação presumíveis já produzidas sobre àquele bem. Produz-se deste modo um conhecimento recente de como é aquele bem cultural e também uma memória das coisas que foram observadas e analisadas.

Muitas vezes, um bem artístico-cultural pode deixar de viver porque tudo aquilo que fazia com que este bem permanecesse se alterou, foi extinto ou perdido. Entende-se que uma forma de conservar o conhecimento advindo, por exemplo, do tecer manual, é repassá-lo às novas gerações, sendo que as artesãs também necessitam aprender a repassar seus conhecimentos. É importante ressaltar que o tecer manual abrange diferentes atividades que vão além da própria fabricação, ou seja, é uma atividade que fortalece e resgata a cultura local, avalia o trabalho das mulheres, garantindo a apresentação em espaços de articulação, constituição política e comercialização.

Segundo Nonaka e Takeuchi (1997), a socialização de conhecimentos é um processo de compartilhamento de experimentos e, a partir daí, da concepção do conhecimento implícito, com padrões ou habilidades técnicas comuns. Um sujeito pode adquirir conhecimento implícito inteiramente de outros, sem utilizar a linguagem. Os aprendizes trabalham com seus professores e aprendem sua arte, em grande parte, não por meio da linguagem, mas sim através da observação, reprodução e prática.

Conforme Nonaka e Takeuchi (1997), a reprodução da produção artesanal na sociedade passou por processos de mutações cuja apreciação desvenda aspectos essenciais para que se possa envolver a relação da pessoa com a ação de trabalhar, o produto de seu trabalho e sua própria representação e identidade. A relação da pessoa com os objetos que estabelece para viver e sobreviver, é elemento expressivo para a compreensão das múltiplas formas de sociabilidade. O objeto feito à mão é um símbolo que anuncia a sociedade humana de uma forma própria, não como tecnologia, não como alegoria, no entanto como uma forma de vida física e simbiótica.

Ainda para os autores (1997), as particularidades da produção artesanal de tradição são estabelecidas ainda no berço, pelo artesão. Muitas vezes, colocar-se no grupo que realiza aquela produção, além de formar e repartir conhecimento, denota adquirir uma identidade e instituir um sentimento de comunidade, sendo que o artesanato traz a competência de diferenciar o grupo e lhe conferir um status singular. Todo artesanato presta uma relação lógica com a cultura, ou seja, é um produto e um produtor do mundo dos saberes e fazeres e das próprias estratégias de sobrevivência, uma ligação de pertencimento, um elemento do sentimento de comunidade. O artesanato tradicional tem por características ajuntar memórias, conhecimentos constituídos, compartilhados e conduzidos entre diferentes gerações.

Segundo Artesol (2012), demanda-se do artesão uma fileira de habilidades e competências que escapam o campo de sua função aprendida no domínio da tradição. A partir de tais intervenções no processo produtivo, distingue-se que o artesanato deixa de ser artesanato tradicional e passa a ser artesanato de referência cultural determinado como aquele que aprecia a produção das técnicas artesanais e leva em seu efeito uma quantia de história do contexto de seu produtor.

Aprender e inovar são fundamentais não somente como vantagem competitiva, entretanto também, como forma de desenvolvimento e conservação da cultura na sociedade. Preservar o conhecimento é um compromisso de todos para que todas as gerações tenham garantido o direito de acesso ao conhecimento e à cultura. Oficinas para a realização do documentário audiovisual, com a participação ativa das próprias tecelãs, num trabalho de educação não-formal é útil para a preservação do conhecimento e deve ser aproveitada de uma forma mais extensa, não apenas pensando apenas na instituição Fios do Cerrado ou em cada tecelã isoladamente, mas na comunidade fiandeira de Minas Gerais e na sociedade brasileira. O conhecimento, quando resguardado a partir dos documentos digitais e seus processos informatizados, admitirá seu compartilhamento no futuro que garantirá a perpetuação de conhecimento, seja qual for a tecnologia empregada pelas próximas gerações, sem que isso seja maior do que o próprio acesso ao conhecimento, como o “fazer” do meio de comunicação e do aprendizado advindo desse fazer.

A importância de se realizar um documentário audiovisual com as tecelãs do Centro de Fiação e Tecelagem Fios do Cerrado, no campo da Educação, está primeiramente no fato de que as ações realizadas podem permitir às tecelãs a aquisição de novos conhecimentos. No entanto, um trabalho de oficinas com o uso das TICs, por meio da Educomunicação pode propiciar às tecelãs mudanças no modo de ver o mundo e de relacionarem-se com ele, tais como: a ampliação da consciência sobre a necessidade de exercício da cidadania e inclusão social; conscientização da riqueza cultural e artística produzida por meio da tecelagem manual; valorização das memórias e tradições da cultura popular que é a tecelagem

artesanal; desejo de lutar pela valorização e manutenção da cultura, saberes e conhecimentos singulares da tecelagem manual produzidas por elas.

Já no campo da Comunicação, o trabalho com as TICs, dentro de um ambiente de educação não-formal, permite o exercício do direito à comunicação, defendido em vários documentos, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948, Artigo 19), A Constituição Brasileira (BRASIL, 1988, Artigo 5) e O Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990, Artigo 16). Nesse sentido, dar-se-á voz e vez a uma comunidade em situação de risco de exclusão social, ressaltando, ainda, que a construção de narrativas individuais e coletivas a partir da construção pessoal e ativa de um audiovisual poderá ser considerada uma memória de dados.

O trabalho na educação não-formal, por meio das TICs, pode fortalecer a comunidade tecelã como uma rede social, valorizar a realidade sócio-histórica e ideológica do Centro de Fiação e Tecelagem, enquanto uma comunidade coletiva, bem como, a valorizar individual as tecelãs que o compõem. Ainda, auxiliar na manutenção de cultura, saberes e conhecimentos singulares da tecelagem manual produzida pelo Centro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com técnicas e conceitos impressos, em sua maior parte, de geração e geração, as tecelãs do Centro de Fiação e Tecelagem Fios do Cerrado apresentam uma relação afetiva com suas produções artísticas. Os modos de produção e a relação do artesanato com a história de sua família e, assim sendo, com o desenvolvimento de sua identidade cultural, fazem com que os artefatos artesanais sejam apreciados não apenas por sua importância econômica, contudo especialmente por seu complexo aspecto peculiar, que envolve a arte e a cultura local e de Minas Gerais.

Por precisão de trabalho, muitas mulheres principiaram a ensinar e aprender a arte da tecelagem na educação não-formal; como forma de sustento elas permanecem ensinando e trabalhando na tecelagem. Em Uberlândia, a tecelagem é um trabalho feminino. São as mulheres que tecem e em suas mãos acontece o processo de ensino da tecelagem. São elas que ensinam e é a elas que as tecelãs mais novas recorrem quando alguma coisa está errada, quando existem imprecisões ou necessidade de aprimoramento.

Para conservar e disseminar a arte dessas tecelãs, faz-se imprescindível debater as possibilidades de assimilação e sistemática dos saberes e fazeres, por meio de uma educação não-formal. A prática de oficinas para realização de um audiovisual é uma das possibilidades para que esse conhecimento devidamente resguardado possa ser empregado pelas gerações futuras dentro da comunidade que o originou. Esses conhecimentos necessitam de ações de pesquisa, valorização

e dispersão, que autorizem sua preservação, não apenas com desígnio da manutenção e desenvolvimento da identidade local e regional, bem como, para promover as diferenças locais e colaborar para a valorização e manutenção da arte e da cultura material e imaterial de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE & ARANTES. **Consultoria e Projetos Culturais**. Inventário Nacional de Referências Culturais. vol. 1. Campinas: Metodologia, 2000.
- ARTESOL. **Salvaguarda de Patrimônio Imaterial**. Paris: Unesco, 2010. Disponível em <http://www.artesol.org.br/blog/salvaguarda-de-patrimonio-cultural-unesco>. Acesso em 15 jun. 2018.
- BESSA, Dante D. **Teorias da comunicação**. Brasília: UnB, 2006.
- BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. Conheça as diferenças entre patrimônios materiais e imateriais. In: **Portal Brasil**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>. Acesso em 23 set. 2018.
- BRAYNER, Natália G. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília: IPHAN, 2007.
- CITELLI, Adilson O.; COSTA, Maria Cristina Castilho. **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação e controle social**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- KENSKI, Vani M. Educação e comunicação: interconexões e convergências. **Educações e Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 104, out. pp. 647-665, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302008000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 jun. 2018.
- LOUREIRO, Robson. **Indústria cultural e educação em “tempos pós modernos”**. Campinas: Papyrus, 2003.
- NONAKA, Ikujiro e TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do Conhecimento na Empresa: como as empresas geram a dinâmica da inovação**. RJ: Campus, 1997.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York: ONU, 1948. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em 10 jan. 2018.
- SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. In: **Revista Comunicação & Educação**, n. 19, p. 12-24, set./dez, 2000.
- TERUYA, Tereza K. **Trabalho e educação na era midiática: um estudo sobre o mundo do trabalho na era da mídia e seus reflexos na educação**. Maringá: Eduem, 2006.
- TORRES, Carlos A. **A política de educação não-formal na América Latina**. RJ: Paz e Terra, 1992.

VOLPI, Mário; Palazzo, LUDMILA. **Mudando sua escola, mudando sua comunidade, melhorando o mundo**: sistematização da experiência em Educomunicação. Brasília: Unicef, 2010. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/br_educomunicacao.pdf. Acesso em 19 jun. 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

CLÁUDIA NEVES é professora auxiliar no Departamento de Educação e Ensino a Distância da Universidade Aberta e investigadora integrada no Laboratório de Educação a Distância e eLearning. É coordenadora do Mestrado em Administração e gestão educacional e tem supervisionado várias teses de doutoramento e dissertações de mestrado sobre temas relacionados com a Liderança Educacional e a Administração e Gestão Educacional. Tem participado em vários projetos de investigação nacionais e internacionais tendo já coordenado um projeto com financiamento europeu sobre competências de aprendizagem ao longo da vida para pequenas e médias empresas. Atualmente a sua investigação prende-se com a exploração das perspetivas teóricas da complexidade nos contextos de administração e gestão educacional e com a promoção de comunidades profissionais virtuais de aprendizagem em contextos educativos. Tem publicado vários artigos sobre os processos de política educativa e os instrumentos e mecanismos de regulação da educação atual, bem como a emergência de novas conceções sobre Liderança Educacional Digital. É membro do Observatório de integração dos diplomados da Universidade Aberta e vogal da Direção do Fórum Português de Administração Educacional.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Capitalismo Acadêmico 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 38, 39, 40

D

Desenvolvimento 11, 16, 17, 22, 23, 91, 160

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 125, 131, 132, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 175, 177, 184, 188, 189, 191, 192

Educação Básica 15, 105, 109, 110, 154, 175, 177, 184

Educação para a democracia 70, 71

Educação Popular 67, 70, 74, 81, 83, 90, 91, 100

Educação tecnológica 145, 146, 149, 152

Ensino e aprendizagem 104, 157

Ensino Superior 25, 40, 41, 67, 68, 69, 80, 82, 87, 88, 96, 100, 108, 109, 110, 111, 112, 152, 154, 155, 160

Ensino universitário 93, 158

Escola do mecanismo 123, 133, 135, 137, 138

Escola Pública 56, 74, 75, 78, 91, 154, 159

F

Filosofia da Diferença 113

Filosofia da educação 54, 55, 56, 58, 59, 63, 71, 77, 79

G

Globalização 11, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 30, 40, 82, 83, 87, 89

I

Inclusão 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 97, 98, 99, 124, 169, 171

Integração Regional 81, 82, 83, 91, 93

M

Modelo público 26, 155

N

Neoliberalismo 18, 22, 42, 43, 46, 47, 48, 53

Nova economia 24, 25, 26, 27, 28, 33, 40

O

Organizações Internacionais 11, 14, 16, 18, 19, 21, 22, 23

P

Pedagogia 10, 53, 77, 100, 123, 124, 132, 138, 143, 144, 160, 173, 191

Pedagogia musical 123, 124, 132

Políticas educativas 18, 20, 21, 23

Práticas pedagógicas 86, 95, 96, 130, 140, 167, 182

R

Racionalidade liberal 45

Regulação da educação 12, 18, 21, 192

T

Teoria do Capital Humano 42, 43



**EDITORIA
ARTEMIS
2020**